

O MODELO DO “ESTADO MODELO”: O ESPAÇO SUL-MATO-GROSSENSE E AS DEMANDAS A ELE SUBMETIDAS PÓS GOLPE DE 1964¹

BUSCIOLI, Roberson da Rocha²

Recebido (Received): 03-02-2020 Aceito (Accepted): 10-06-2020

Como citar este artigo: BUSCIOLI, R. da R. O modelo do “Estado modelo”: o espaço sul-mato-grossense e as demandas a ele submetidas pós golpe de 1964. **Formação (Online)**, v.27, n.52, p. 177-208, 2020.

Resumo

Neste artigo buscamos compreender a institucionalização do planejamento no seio do Estado pós-Golpe de 1964, e a definição das políticas de integração regional como medida de desenvolvimento para o espaço sul-mato-grossense, tendo como objeto de análise um conjunto de planos e programas de desenvolvimento direcionados para esse espaço entre os anos da Ditadura Militar. Os seguintes procedimentos de pesquisa foram adotados: revisão de literatura, primeiro, buscando compreender o sistema de (re)produção do capital, sua relação com o Estado e (re)produção do espaço, dessa forma, percorrendo pelo discurso ideológico que lhe dá sustentação. Secundariamente, buscando documentos oficiais de órgãos governamentais encarregados institucionalmente de planejar, executar e acompanhar as políticas públicas de planejamento e do desenvolvimento afim de compreender as políticas adotadas no período, além da produção de quadros, gráfico e produtos cartográficos. Como resultado observamos a ação do Estado no ajustamento desse espaço para a reprodução ampliada do capital, que culminou na sua constituição enquanto Unidade Federativa, discursivamente apresentada como estratégica para o desenvolvimento da região, pautada na adoção de uma estratégia de desenvolvimento polarizada, configurando-se na elevação de algumas cidades ao status de polo de desenvolvimento, com alta concentração dos recursos na implantação de infraestrutura de logística, armazenamento e pesquisa agropecuária, além de ampliação de linhas de financiamento para o agronegócio, confirmando o papel do Estado enquanto fundo público indispensável para o desenvolvimento capitalista.

Palavras-chaves: Políticas Públicas; Ajuste espaço-temporal; espaço sul-mato-grossense; divisão do espaço sul-mato-grossense.

THE ‘MODEL STATE’ MODEL: Southern Mato Grosso and the post 1964 coup demands submitted to it

Abstract

In this article we seek to understand the institutionalization of planning within the State after the 1964 coup, and definition of regional integration policy as a measure of development for the Southern Mato Grosso, having as object of analysis a set of development plans and programmes directed towards this space in the years of the Military Dictatorship. The following research procedures have been adopted: revision of the literature, first by seeking to understand the system of (re)production of capital, its relationship with the State and space (re)production, thus, exploring the ideological discourse which gives it supports. Secondly by seeking government official documents institutionally responsible for planning, implementing and monitoring public planning and development policies to better understand the policies adopted in the period, as well as the production of charts, graphs and cartographic products. As a result of this, we have noted the work of the State in adjusting that space for further reproduction of capital which has culminated in its constitution as a Federal Unit, discursively presented as strategic for development in the region, guided by

¹ Este artigo é fruto das discussões desenvolvidas na Dissertação de Mestrado em Geografia defendida na UFGD - Universidade Universidade Federal da Grande Dourados, com o título “O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO E (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO SUL-MATO-GROSSENSE: A atuação do Estado no ajuste espaço-temporal”, sob orientação do Professor Associado, Adáuto Souza de Oliveira, com fomento da Fundect/MS – Fundação de Apoio ao Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul.

² Professor Assistente na UNESP – Univ. Estadual Paulista, Curso de Turismo, Câmpus de Rosana, e-mail - roberson.buscioli@unesp.br; <https://orcid.org/0000-0003-2628-9626>

the adoption of a biased development strategy, configuring itself in the elevation of some cities to the development pole status, with a high concentration of resources in implementing logistics infrastructure, agricultural storage and research, and expansion of financing lines for agribusiness, confirming the State's role as an essential public fund for capitalistic development.

Keywords: Public Policies; Spatio-temporal adjustment; Southern Mato Grosso; division of space in Mato Grosso do Sul.

EL MODELO DEL "ESTADO MODELO": el espacio de Mato Grosso do Sul y las demandas presentadas tras el golpe de 1964

Resumen

En este artículo buscamos comprender la institucionalización de la planificación dentro del Estado posterior al golpe de estado de 1964, y la definición de políticas de integración regional como medida de desarrollo para el espacio sul-mato-grossense, que pretende el análisis de un conjunto de planes y programas de desarrollo dirigidos a este espacio entre los años de la dictadura militar. Se adoptaron los siguientes procedimientos de investigación: revisión de la literatura, primero, buscando entender el sistema de (re)producción del capital, su relación con el Estado y (re)producción del espacio, atravesando así el discurso ideológico que lo sustenta. En segundo lugar, buscando documentos oficiales de las instituciones gubernamentales encargadas de planificar, ejecutar y monitorear las políticas públicas de planificación y desarrollo a fin de comprender las políticas adoptadas en el período, además de la producción de cuadros, gráficos y productos cartográficos. Como resultado, observamos la acción del Estado al ajustar este espacio para la reproducción expansiva del capital, que culminó en su constitución como Unidad Federativa, presentada discursivamente como estratégica para el desarrollo de la región, basada en la adopción de una estrategia de desarrollo polarizada, configurándose en la elevación de algunas ciudades al status de polo de desarrollo, con una alta concentración de recursos en la implementación de infraestructura logística, almacenamiento e investigación agropecuaria, además de la expansión de líneas de financiamiento para agronegocios, confirmando el papel del Estado como un fondo público indispensable para desarrollo capitalista

Palabras clave: Políticas públicas; Ajuste espacio-temporal; espacio sul-mato-grossense; división del espacio en Mato Grosso do Sul.

1 Introdução

Os conflitos territoriais no espaço sul-mato-grossense a exemplo de outras localidades tem sido uma constante, num primeiro plano e de mais longa data, evidencia-se os conflitos entre os interesses do agronegócio e das comunidades tradicionais, na grande maioria indígenas e camponeses, e que na atualidade se potencializa dado um processo de estrangeirização de terras pautado principalmente na produção de biocombustíveis.

A compreensão desses processos exigem, por sua vez, que nos voltemos as condições de formação desses espaços, portanto, neste artigo buscamos compreender como a partir da institucionalização do planejamento no seio do Estado pós-Golpe de 1964, assim como a definição das políticas de integração regional como medida de desenvolvimento para o espaço sul-mato-grossense, particularmente no I, II e III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, culminaram na sua constituição enquanto Unidade Federativa em 1977 e sua implantação em 1979. E principalmente, compreender o ajuste imposto à esta nova

Unidade da Federação no sentido de impor-lhe a dinâmica necessária para absorver a expansão capitalista no contexto de desenvolvimento do capitalismo monopolista no território brasileiro.

Para tanto, estabelecemos como objetos de análise o PLADESCO - Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro Oeste, assim como, os três Programas Especiais que incidiram sobre o espaço sul-mato-grossense, PRODEPAN – Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (1974/1978), PRODEGRAN – Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (1976/1979), POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975/81) e por fim, o PROSUL – Programa de Desenvolvimento do Mato Grosso do Sul, já no contexto pós divisão do antigo Estado de Mato Grosso nas porções norte e sul.

Partimos do entendimento de que o movimento de (re)produção do espaço não pode ser dissociado do movimento de (re)produção do capital, pois “O espaço é o lugar da economia, o espaço das relações de exploração e de extração do excesso de trabalho”(POULANTZAS, 1990, p. 20) E muito menos, pode escapar das contradições decorrentes desse movimento, que no modo capitalista expressa em todos os sentidos a principal motivação do capital, expansão e concentração, no objetivo da extração do excedente do trabalho.

Concordamos com Mészáros (2002), quando aponta que a subordinação do trabalho aos imperativos do capital custou-lhe uma total desfragmentação de seus processos de (re)produção, configurando-o como um sistema de crises. O Estado moderno, por sua vez, é a medida corretiva de tais contradições e é lá no seio do Estado, que a falta de unidade do sistema é retificada. Sendo ele a cristalização de um sistema que permite a reprodução do capital em sua totalidade, não podendo também existir fora de sua lógica.

Assim, não há Estado sem Capital e nem possibilidade de reprodução do Capital sem o Estado, ou seja, o que ocorre é uma relação tensa de correlações de forças entre classes, na qual interesses do capital hegemônico e das parcelas secundárias do capital se tencionam nas intervenções estabelecidas, pois o Estado é uma condensação material dessas relações de forças de classes e suas frações (POULANTZAS. 1990).

Neste sentido, simultaneamente ao crescimento das relações econômicas haverá sempre uma resposta positiva ao crescimento do Estado. No ápice dessa relação o Estado adquire tal dimensão que passa a ser imprescindível para o capital, trata-se na verdade da constituição de um “fundo público, tal como sintetizado por Oliveira (1998, p. 19/20)”:

[...] a sistematização de uma esfera pública donde, a partir de regras universais e pactadas, o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital de um lado, e, do outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo toda a população por meio dos gastos públicos.

Por sua vez, Becker (1991), aponta que: “Historicamente, a posse e o controle do território sustentaram a construção do Estado e é este que passa a produzir o seu próprio espaço, social e político, racional e técnico, instrumentalizando o território” (p. 48).

Tratar-se, portanto, de promover o que Harvey (2005), convencionalmente chama de “ajuste espaço-temporal” necessário para proporcionar novas condições para a acumulação do capital. Sinteticamente podemos entender tal ajuste como o ponto específico do espaço em que o capital e o trabalho se encontram para a produção com um determinado nível de tecnologia e possibilidades de circulação dessa produção em tempo economicamente viável até completar o processo de realização do capital. Dialeticamente, esse movimento induz a uma nova configuração da relação capital e trabalho, assim como espaço e tempo, que por fim demandará novo ajustamento, inferindo ao espaço a própria dinâmica de (re)produção do capital.

Nesta perspectiva, a técnica do planejamento enquanto instrumento de ação do Estado representa a institucionalização dessa tentativa de se racionalizar um determinado espaço ou seja, ajustá-lo para sobrepor-lhe as necessárias condições de (re)produção do capital, tal como nos aponta Hissa (2002): “O planejamento em sua concepção tradicional é uma pretensão da racionalidade restauradora da ordem e da minimização da crise, que, passa a ser entendida como a ruptura da ordem, como um movimento da irracionalidade que invade a racionalidade” (p. 234/5).

Tais pressupostos ficam evidentes nas ações da SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, no que diz respeito a suas estratégias de planejamento, como se observa neste trecho:

A idéia é adotar-se o planejamento regional como uma estratégia permanente de desenvolvimento. Daí, ser básico, dentro de uma concepção espacial, fortalecer a estrutura da SUDECO, dando-lhe, inclusive, os instrumentos de políticas econômicas e financeiras capazes de personificar o sentido da administração regional (MINTER/SUDECO, 1979, p.05).

Assim como, reflete o discurso dominante no aparato estatal no contexto de crise dos Governos Militares, neste sentido, é possível perceber os esforços da SUDECO para adequar-se à nova conjuntura política e econômica, uma vez que no limiar dos anos de 1970 o “Estado Desenvolvimentista” dava sinais de que se encontrava no limite.

O marco institucional do planejamento regional brasileiro é, sem dúvida alguma, representado pelas Superintendências Regionais de Desenvolvimento. Estas [...] estão atualmente afetadas por um processo de esvaziamento institucional, em razão da evidente e excessiva centralização do planejamento nacional. A inflexão deste processo somente se desenvolverá através de sua descentralização (MINTER/SUDECO, 1979, p.04).

Portanto, o modo como o Estado brasileiro interviu na ocupação dos espaços é resultante do papel que lhe cabe na configuração do ajuste espacial, como bem nos aponta Abreu (2001, p.23/24):

[...] a forma de reprodução descontínua e desigual, as disparidades regionais inclusive, é própria do capitalismo e se reproduz espacialmente do mesmo modo como também é próprio do capitalismo o Estado atuar como agente da “organização” espacial.

Assim, o espaço sul-mato-grossense, constituído enquanto Unidade da Federação a partir da Lei Complementar nº 31, de outubro de 1977, responde ao que tem sido exposto até então. Constitui-se de um espaço que se (re)produz em constante ajuste espaço-temporal, configurando o território, reforçando as desigualdades regionais em seu interior, formando e reformando alianças de classes e estabelecendo novas relações de poder econômico/político.

De forma que, quando já no título damos sinais do conteúdo desse artigo, e apontamos o modelo do “Estado Modelo” e as demandas a ele submetidas, é porque entendemos tratar-se de um modelo de planejamento do espaço, no sentido de impor-lhe a dinâmica necessária para absorver a expansão da produção capitalista. No qual discursivamente, o espaço sul-mato-grossense no momento de sua constituição, foi colocado como o “Modelo” de planejamento a ser observados pelos demais membros da Federação.

Quanto à demanda, não nos referimos a uma demanda imposta por uma força externa, mas nos referimos a uma demanda que surge em concordância com o acirramento das relações de produção capitalista. E ela se expressa através do interesse de classes e frações de classes representantes do capital hegemônico, e parcelas do capital regional, nacional e internacional.

Esses pressupostos constituem elementos importantes na construção do presente trabalho. Assim, para compreender como ocorre o processo de ocupação econômica e seus desdobramentos na (re)produção do espaço, faz-se necessário compreender o quanto as

políticas governamentais – sobretudo aquelas relacionadas ao desenvolvimento e ao planejamento regional - foram e são capazes de influenciar nesse processo.

Para se cumprir os objetivos propostos neste trabalho, os seguintes procedimentos de pesquisa foram adotados: revisão de literatura, primeiramente, numa tentativa de compreender o sistema de (re)produção do capital e sua relação com a (re)produção do espaço, dessa forma, percorrendo pelo discurso ideológico que lhe dá sustentação. E secundariamente, buscando documentos oficiais através de consulta a centros de documentação e endereços eletrônicos de órgãos governamentais encarregados institucionalmente de planejar, executar e acompanhar as políticas públicas de planejamento e do desenvolvimento.

Neste caso, cabe ressaltar a importância do Centro de Documentação Regional (CDR) da UFGD e da biblioteca digital da Fundação João Pinheiro. Para uma melhor representação da realidade observada foram produzidos quadros, gráfico e produtos cartográficos.

Assim, além dessa introdução, este trabalho conta ainda com mais duas sessões, na primeira discutiremos o espaço sul-mato-grossense no contexto do I e II PND, tendo como universo de análise o PLADESCO, assim como os programas especiais que compõem a versão regional do planejamento, PRODEPAN, PRODEGRAM e POLOCENTRO; na segunda, já no contexto do III PND e crise dos Governos Militares a constituição do Estado de Mato Grosso do Sul tendo como universo de análise o PROSUL, programa estabelecido pelo Governo Federal para a implantação de Mato Grosso do Sul; e por fim apresentaremos as considerações finais.

2 O ESPAÇO SUL-MATO-GROSSENSE NO CONTEXTO DESENVOLVIMENTISTA PÓS GOLPE DE 1964.

No contexto desenvolvimentista pós golpe de 1964 buscou-se uma “modernização” da economia brasileira pautada numa estratégia de “integração”, sob a qual caberiam a diferentes espaços, diferentes funções. Desse modo, as ações deveriam voltar-se para promoção do necessário ajuste espaço-temporal.

Para tanto, era necessário instrumentalizar o Estado para realizar o projeto de modernização proposto. Becker (1991), por sua vez, argumenta tratar-se de “uma modernização conservadora e homogeneizadora da sociedade e do espaço nacional” (p.48). E é isso que ocorre. Direcionando para o caso sul-mato-grossense, a criação da SUDECO, em 1^o de

dezembro de 1967, em substituição à Fundação Brasil Central (FBC),³ representa nesse contexto o *status* que o espaço e, por conseguinte o planejamento regional assumiria e desempenharia na formulação da política nacional de desenvolvimento pós 1964.

O espaço aparece, neste sentido, não apenas como algo a ser “superado” do ponto de vista da circulação do capital. Mas aparece como *contiditio sini qua non* para o desenvolvimento nacional, que o espaço seja construído visando à integração nacional sob parâmetros que lhe confirmam segundo a visão do Governo a condição de exercer: “do ponto de vista da demanda, criar mercado interno, capaz de manter o crescimento acelerado e auto-sustentável, e do ponto de vista da produção, a permitir a progressiva descentralização econômica” (BRASIL, 1971, p. 25). Estabelecendo, portanto, polos agrícola-industriais, para a região Sul e Nordeste, assim como agrícola-mineral para a Amazônia e Planalto Central, completando-se o grande polo do núcleo São Paulo-Rio–Belo Horizonte (p. 06).

Enfim, trata-se da articulação dos diferentes espaços nacionais à economia mundial por meio do ordenamento de seus fluxos econômicos ao centro da economia nacional, o polo SP-RJ-BH. Discorrendo sobre essa questão, Becker (1991, p.49) sustenta que tal modernização configurou-se como conservadora por projetar na produção do espaço a manutenção das estruturas através de alianças políticas locais e regionais, garantindo desse modo o domínio agromercantil.

A integração Leste-Oeste, para que o Nordeste pudesse exportar mão-de-obra excedente para Amazônia/Planalto Central - com relativa abundância de terras e outros bens de produção natural - representa essa questão. As frentes de expansão da fronteira agrícola já nos anos de 1950 inauguraram uma época de colonização, coerente com o processo de ocupação e com a política desenvolvimentista nacional e regional do período, elas extrapolaram as questões geopolíticas e assumiram funções de mediadoras de conflitos sociais.

Abreu (2001) discorre que estão presentes nesse discurso, tanto a preocupação com a manutenção/consolidação das fronteiras, com o discurso de “ocupação de vazios”, como também, a ampliação da produção de gêneros alimentícios para abastecer os centros urbano-industriais, apontando para a expansão do capital no contexto de uma nova divisão territorial do trabalho. (p.60).

Tal como nos aponta Becker, 1982 apud Backer, 1991:

Incorporando a utopia pioneira e manipulando o espaço, o Estado se apropria e difunde pela mídia o termo fronteira para designar a expansão da sociedade e a

³ Fundação criada no governo de Vargas em 1943, sob o contexto do plano “Marcha para Oeste”, tendo como principal missão incorporar o interior do Brasil – através das rodovias - ao restante da economia nacional.

integração territorial. Catalisa e reorienta as tensões sociais, desviando-as para os “espaços vazios” do interior, atribuindo à fronteira a imagem do espaço capaz de oferecer oportunidades, isto é, a mobilidade vertical impossível de ser alcançada nas áreas estruturadas. (p.49)

No I PND, é possível observar tal discurso:

[...] menor ritmo de migrações para os grandes centros urbanos, com sua reorientação para as novas áreas, deverá resultar do estabelecimento dos pólos agroindustrial do Sul, industrial-agrícola do Nordeste e agropecuário do Planalto Central e Centro-Oeste. Tal reorientação será implantada mediante instrumentos de política econômica, tendo em vista o melhor aproveitamento geo-econômico dos recursos humanos abundantes, principalmente, na zona semi-árida do Nordeste [...] (BRASIL, 1971, p. 66).

Tal como nos aponta Harvey (2005):

A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infra-estruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço [...] a organização espacial é necessária para a superação do espaço (p. 145 a 149).

Desta forma, a estratégia de desenvolvimento regional constitui-se no esforço de promover um ajuste espaço-temporal, que permitisse, nos termos utilizados nos documentos oficiais, a “valorização” da força de trabalho nordestina de baixa instrução, em áreas de “fronteiras de expansão”. Entendemos aqui, “valorização” no sentido de dar condições de uso dessa força de trabalho como fator de produção, naquela clássica relação capital/trabalho.

Essas políticas ocorreram principalmente pela construção de eixos rodoviários: Transamazônica, interligando a Amazônia com o Nordeste; Cuiabá–Santarém (BR-65); eixo longitudinal sentido Norte e Sul, ligando o Planalto-Central ao Centro-Sul. Tais políticas, no entanto, remontam a governos anteriores.

Dependeria, portanto, segundo a ótica do planejamento governamental, para dar continuidade à industrialização nacional, que os espaços assumissem funções específicas, levando o planejamento regional a estabelecer políticas regionalmente diferenciadas para os principais setores da economia.

Disso provém, o modelo de desenvolvimento estabelecido, respaldado nos princípios dos “Polos de Crescimento de Perroux”, sob os quais, aceita-se que o crescimento não ocorre de forma simultânea em todos os lugares, mas de forma desequilibrada, cabendo conseqüentemente ao Estado, o papel de orientar esses fluxos de crescimento para alcançar um bem estar maior, nas palavras de Perroux (1967):

O crescimento e desenvolvimento dum conjunto de territórios e de populações não serão, por conseguinte, conseguidos senão através da organização consciente do meio de propagação dos efeitos de pólo de desenvolvimento. São órgãos de interesse geral que transformam o crescimento de uma indústria em ou duma actividade em crescimento geral de uma nação em vias de formação e os desenvolvimentos anárquicos em desenvolvimento ordenado. (p. 194)

Observamos que para Perroux (1967), a anarquia é própria do capitalismo, contudo a ação nacionalizante do Estado pode através de um planeamento, harmonizar o crescimento, mesmo que para isso precise criar novos desequilíbrios, superáveis. Ainda sobre a questão do crescimento, Perroux (1967) argumenta que:

O facto, rudimentar mas consistente, é este: o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se em intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia (p. 164).

De forma que são aceites, níveis de desigualdades, “[...] requeridos e justificáveis do ponto de vista do interesse [...] do país em desenvolvimento” (PERROUX, 1967, p.301). Em função disso, a ação da SUDECO, assim como de suas congêntas, partiria da definição das potencialidades e gargalos regionais a ser superado com a implantação de infra-estrutura para a realização dos objetivos nacionais. Inicialmente, no contexto do I PLADESCO, programa elaborado pela SUDECO para os anos de 1973-1974 dentro da programação do I PND, com a definição de áreas-programa para todo o Centro-Oeste, nas quais seria implantada a infra-estrutura necessária para proporcionar sua integração econômica.

Das treze áreas selecionadas pela programação do Governo, duas encontravam-se no espaço sul-mato-grossense, Corumbá e Campo Grande/Dourados, que por sua vez, foi apresentado como um espaço diferenciado do espaço mato-grossense como um todo, projetado como um corredor de exportação. Essa diferenciação segundo Abreu (2001) pautou-se no fato de que já estava consolidado na parte meridional do antigo Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, a atividade agropecuária exportadora. (p. 86/91)

A questão energética, “primeiro choque do petróleo em 1973”, marcou a ponta visível de uma crise que interromperia o longo período de crescimento econômico iniciado no final da década de 40, período conhecido como a “A Era de Ouro”. No que tange a Era do Ouro, ressaltar-se que foi marcada pelo pós guerra, consolidação do Dólar como moeda internacional, constituição de importantes organismos internacionais de financiamento, tais como, Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional, mais tarde, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, este último voltado para a América Latina e Caribe, todos chancelados pelo EUA -Estados Unidos da América.

De modo que, os EUA consolidaram-se como a principal potência mundial nesse período, assim como diversos países da Europa Ocidental e Japão, alcançaram altos níveis de desenvolvimento, respaldados no “Estado de Bem-Estar Social”. Para o caso latino-americano, em específico o Brasil, o “Estado Desenvolvimentista” tratou de consolidar o projeto burguês de industrialização do país.

Dos diversos aspectos da crise do choque do Petróleo, vale discorrer sobre alguns pontos, como o aspecto realmente global da crise em todos os sentidos, ela atingiu todos os espaços, uma vez que nos trinta anos de crescimento mundial, o constante uso de mecanismos keynesianos, consolidou uma economia mundializada e financeirizada (CHESNAIS, 1996). Nos termos de Meszáros (2002), um capitalismo organizado com crises administradas, contudo, com custos cada vez mais crescentes e em concordância com o apresentado por Harvey (2005):

Interpreto a volatilidade do capitalismo internacional durante esses anos [a partir da década de 1970] como uma série de ajustes espaço-temporais que fracassaram mesmo, a médio prazo, ao tratar de problemas de superacumulação (p.10).

Nesta mesma perspectiva Chesnais (2003), discorre que:

Uma das expressões mais evidentes da crise estrutural dos anos 1970 e 1980, foi o aumento exagerado da onda de desemprego. [Num contexto em que contraditoriamente, por tratar-se de uma economia altamente financeirizada], O controle do aparelho produtivo e os processos de alocação de capital entre diferentes empresas e ramos são cada vez menos realizados pelos proprietários, sendo delegados cada vez mais a pessoal assalariado, composto por gestores e empregados (CHESNAIS, 2003, p. 17/18).

No contexto dessa nova configuração internacional, respaldado ainda em um discurso desenvolvimentista, no último quinquênio da década de 1970, o Estado brasileiro dava continuidade ao projeto burguês de industrialização nacional. Nesta fase fizeram-se mais evidentes as características de um nacionalismo que foi desde o início contraditório por conta de sua associação com o capital transnacional monopolístico.

Caberia ao Estado, por intermédio de políticas regionais, impor ao espaço um ajustamento que possibilitasse a continuidade do processo de modernização da economia, tal como apontado no II PND: “O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo” (BRASIL 1974, p. 16). Vale ainda ressaltar que a alta liquidez internacional no período, por conta dos “petrodólares” possibilitou essa continuidade das políticas nacionais em meio às descontinuidades internacionais, sustentado pelo financiamento externo dos déficits em conta corrente.

Considerando que em termos de objetivos nacional buscava-se prosseguir com o processo de Industrialização por Substituição de Importação (ISI), no II PND (1975/79) foi apontado como primordial a consolidação da indústria de base - bens de capital, eletrônica pesada e insumos básicos, para dar continuidade ao processo de modernização, tratando-se também de uma estratégia política dos Governos Militares.

A estratégia industrial definia os seguintes pontos a serem considerados:

I – desenvolvimento dos setores de base e, como novas ênfases, particularmente da Indústria de Bens de Capital; [...] IV – Impulso ao desenvolvimento da indústria de alimentos, com continuação do esforço de modernização e regionalização de certas indústrias tradicionais; V – atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial (BRASIL, 1974, p. 38-40).

Para tanto, a ocupação e integração econômica das áreas periféricas do país deveria atender a três objetivos. Primeiro, recebendo os excedentes populacionais e servindo de base para o discurso ideológico das novas fronteiras a serem ocupadas, luta de classes neste caso ganha uma dimensão espacial:

Mas, agora, já é possível mediante uma ação integrada eficaz em áreas prioritárias, associar Governo, empresas e trabalhadores com instrumental tecnológico adequado e recursos financeiros suficientes, a fim de impulsionar novos programas e projetos previstos no II PND, os quais transformarão, econômica e socialmente áreas antes estagnadas e darão densidade econômica a vazios de homens e de riquezas, sem os perigos da depredação de nossos recursos naturais (BRASIL, 1974, p. 06)

Segundo, pela estratégia adotada para a agropecuária, servindo de mercado para os produtos dos setores de base, particularmente a indústria pesada (máquinas agrícolas) e insumos básicos (fertilizantes e defensivos agrícolas). E por fim, contribuindo na formação do Produto Interno Bruto nacional, leia-se, produzindo bens exportáveis.

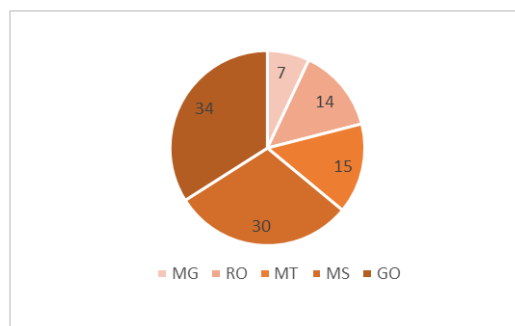
Desta forma, torna-se importante a análise de algumas considerações apresentadas no Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste, nos anos de 1975-1979, que vem a ser um desdobramento do II PLADESCO. Neste documento, o Centro-Oeste foi notado como espaço que absorveria parte do fluxo migratório que se dirigisse rumo à Amazônia pelas vias de penetração que o cortam. Contudo, segundo a ótica da SUDECO, essa fixação da população seria decrescente no sentido norte, e caberia, portanto, a ação planejadora orientar essa população a ocupar as áreas menos povoadas, mais ao norte, que dispusessem de condições de serem economicamente exploradas permitindo a integração dessa mão-de-obra ao processo produtivo local.

De fato, buscava-se alcançar as condições para a implantação desses polos de desenvolvimento e essa orientação dos fluxos populacionais permitiria, na perspectiva estatal:

A implantação e o desenvolvimento de pólos estratégicos de ocupação territorial, indutores de substancial incremento na produção de alimentos e matérias-primas; [...] industrialização de produtos locais, de origem agropecuária e mineral dentro do seu próprio território, caracterizando-se como áreas alternativas de desconcentração do processo industrial (BRASIL, 1975, p. 75).

Tratava-se, portanto, de um amplo programa de investimentos em infraestrutura, pesquisa e incentivos, fiscais e financeiros, para consolidar um grande espaço que produziria em concordância com os objetivos nacionais de industrialização. Através dos programas que atingiram o espaço sul-mato-grossense é possível compreender as funções que lhe foram estabelecidas na fase de consolidação da indústria de base brasileira.

Gráfico 01 – Distribuição dos investimentos da SUDECO entre os Estados de sua área de atuação nos anos de 1975 a 1978 (%)



Fonte: MINTER/SUDECO, 1978. Org BUSCIOLI R 2010

Segundo relatório da SUDECO, quanto ao desempenho dos programas por ela administrados entre os anos de 1975 a 1978, mais de 60% das metas haviam sido cumpridas. Conforme pode ser visto no Gráfico 01, Mato Grosso do Sul recebeu 30% do total investido, ficando atrás apenas de Goiás, que ficou com 34%, Mato Grosso com 15%, seguido de Rondônia com 14% e Minas Gerais com 7%.

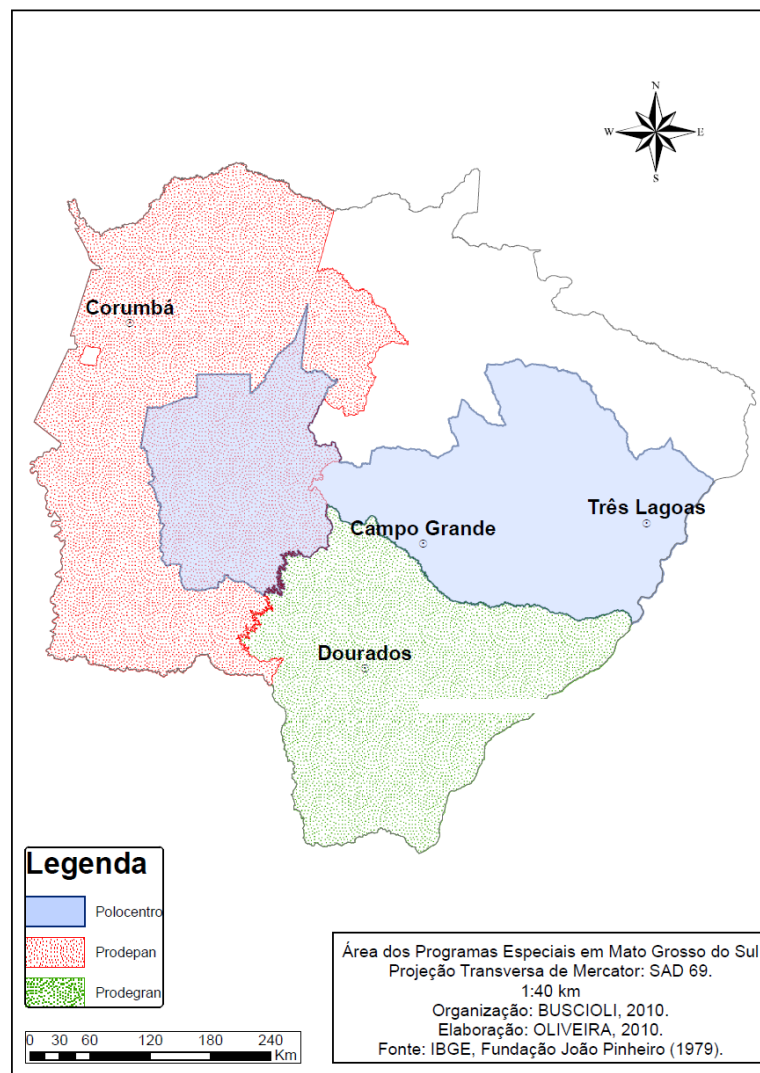
2.1 Os Programas Especiais de Desenvolvimento do Governo Federal para o espaço sul-mato-grossense

De modo geral, cinco importantes programas regionais do Governo Federal, que ficaram conhecidos como Programas Especiais de Desenvolvimento Regional, representam o essencial das atividades de planejamento regional no Centro-Oeste, uma vez que não existiu o que pode

ser chamado de uma política de desenvolvimento regional. Por sua vez, esses programas apontam as estratégias regionais adotadas em âmbito de Governo. São eles: (i) PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento do Pantanal); (ii) PRODEGRAN (Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados); (iii) POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados); (iv) POLOAMAZÔNIA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia); e finalmente, (v) PERGEB (Programa Especial de desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília).

Dos quais, os três primeiros incidiram no espaço geográfico sul-mato-grossense no contexto do II PLADESCO e concebem por sua vez os objetivos e finalidades do planejamento nesse espaço. Como pode ser observado na figura 01.

Figura 01 – Mapa das áreas de atuação dos Programas Especiais no espaço sul-mato-grossense



Fonte: IBGE e Fundação João Pinheiro, 1979a. Org BUSCIOLI, 2010.

As sínteses desses programas serão apresentadas nos Quadros 01, 02 e 03. Uma vez que pretendemos compreender os objetivos de cada programa a apresentação e análise da distribuição dos gastos será feita a partir da relação percentual de cada subprograma no total dos gastos, o que possibilitará identificar os subprogramas que apresentaram maior concentração de recursos.

Quadro 1 – Síntese dos subprogramas do PRODEPAN – Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (1974 – 1978)

Municípios atingidos: Não declarado no Programa						
Sub-programas:						
<u>Transporte:</u> (malha rodoviária, melhoria das linhas férreas e navegação);						
<u>Concluído até 1978:</u> 268 km de estradas, melhoradas e/ou ampliadas; melhoramento e ampliação dos portos de Corumbá e construção de 17 plataformas de embarques de gado ao longo das vias de navegação fluvial.						
<u>Saneamento:</u> (Perfuração de poços, barragens de rios, plataforma de refúgios, estudos de comportamento hidrólogo do Pantanal.).						
<u>Concluído até 1978:</u> não trás valores específicos, apenas que foram realizados obras de aberturas de canais, de poços tubulares e construção de um Pôlder em Corumbá.						
<u>Energia:</u> (projetos de geração transmissão distribuição e transformação);						
<u>Concluído até 1978:</u> Aumento considerável.						
<u>Industrialização:</u> (levantamento de dados para exploração de recursos naturais, implantação de distritos industriais e frigoríficos).						
<u>Concluído até 1978:</u> Distrito Industrial de Campo Grande e Corumbá, construção de um frigorífico de bovinos e um para pescados.						
<u>Desenvolvimento da Pecuária:</u> (pesquisa para melhoria das pastagens, das técnicas de defesa sanitária e introdução de tecnologia adequada de manejo do gado, além de assistência técnica ao produtor, executados pela EMBRAPA)						
<u>Concluído até 1978:</u> Aproximadamente 10% do valor total do montante aplicado no PRODEPAN foram destinados à pesquisa e promoção de melhoria de pastagens, técnicas de defesa sanitária e inovações tecnológicas na pecuária pantaneira.						
Distribuição dos gastos do PRODEPAN por sub-programas entre 1974e 1979 (%)						
	Subprogramas					
Ano	Transportes	Saneamento Ambiental	Energia	Industrialização	Desen. da Pecuária	Demais Programas
1974-1976	42,3	17,4	23,3	6,7	9,9	0,4
1977	34,2	22,1	15,8	9,8	11,3	6,8
1978	48	8,6	14	12,8	1,7	16,6
979	35	30,75	10	1,5	6	16,75

Fonte: BRASIL, 1975. Org. BUSCIOLI, 2020

O percentual do orçamento global do programa alocado para os subprogramas da área de transporte, entre os anos de 1974 e 1979, manteve-se sempre acima do valor alocado a qualquer outro subprograma, chegando a absorver aproximadamente 50% do orçamento no ano de 1978, sendo majoritariamente concentrados na malha rodoviária, com exceção de 1978 que os gastos com transporte fluvial chegaram a 15% do valor gasto no subprograma de transportes, nos demais anos não ultrapassaram a casa dos 5%.

O subprograma de saneamento ambiental manteve uma média de absorção de 17,4% do total dos investimentos entre os anos de 1974 e 1976 e 20,48% entre 1977 e 1979, correspondendo à parcela significativa dos investimentos. No PRODEPAN, os gastos com desenvolvimento da pecuária nos três primeiros anos foram de 9,9 %, em 1974 e 11, 3% em 1977, divididos entre pesquisa e assistência técnica, completam a visão da SUDECO, de impor uma racionalidade outra nesse espaço, que não a que lhe era comum, e que respondesse ao padrão de produção buscado. Os gastos com energia e industrialização se completavam no PRODEPAN, uma vez que a efetivação do projeto de se industrializar a carne produzida e seus derivados dependeria da conclusão dos projetos de geração, transmissão, distribuição e transformação de energia (Quadro 1).

Os demais subprogramas, apresentados correspondem aos subprogramas: Estudos da Bacia do Alto Paraguai, 0,4 % entre 1974-1976, 1,8 % em 1977, 8,5 % em 1978 e 9 % em 1979; Preservação da Fauna e Flora, 1,8 % em 1977, 2,1 em 1978 e 1% em 1979; Desenvolvimento Social, 1,5% em 1977, 0,2% em 1978 e 0,25% em 1979; Apoio Legislativo, Desenvolvimento da Pesca e Desenvolvimento Urbano, aparecem apenas em 1979, com valor total da participação de 6,5%; e por fim, Apoio Logístico, absorvendo 3,75% do valor dos investimentos no ano de 1979.

Dos três programas federais analisados o PRODEGRAN foi o único que teve sua área de abrangência apenas no espaço sul-mato-grossense. Dentre os objetivos do programa o aumento da área cultivada foi o principal, acompanhado de uma política de incentivo ao uso de “tecnologias avançadas”, o que explicaria, por sua vez, a concentração dos gastos do PRODEGRAN nas sub-áreas de Crédito e Infra- estrutura. Assim, subprograma de Infraestrutura concentrou 44,50% dos recursos totais do programa, subdivididos em três diferentes projetos: Construção de unidades armazenadoras, com 25,91 pontos percentuais destes; 15,83 para a construção de linhas de transmissão, e subestações, e 2,76% para a construção e manutenção de estradas vicinais (Quadro 2).

Quadro 2 – Síntese dos subprogramas do PRODEGRAN – Programa Especial de Desenvolvimento da Grande Dourados (1976 – 1979)

Municípios atingidos: Atingiu 22 municípios da Grande Dourados.

Sub-programas:

Transporte: Construção de 600 km de construção de estradas, identificadas como gargalos do desenvolvimento;

Armazenamento: Construção de unidade armazenadoras, com capacidade estática de 400 mil toneladas

Concluído até 1978: Unidades de armazenamento com capacidade de 60 mil toneladas.

Energia: (aumento apontado como importante para se realizar o processo de agro industrialização na região, apresentado como prioridade nesse projeto). Implantação de 1.400 km de linhas de transmissão e subestações com capacidade total de 123 MVA.

Combate à erosão: liberação de recursos para realizar estudos e combater a erosão provocada principalmente em algumas regiões pelas plantações de café. Com elaboração de estudos e planos de desenvolvimento urbano e rural.

Pesquisa e assist. Técnica: Dois programas, o de pesquisa, que promoveu a instalação da EMBRAPA em Dourados e instalação da Escola de Agronomia de Dourados, na FUFMS; o de assistência, coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Seu objetivo era a determinação das melhores variedades e condições.

Promoção e apoio logístico: Implantação da Bolsa de Cereais de Dourados, como finalidade de eliminar atravessadores, esse programa conseguiu ressaltar o papel de Dourados como “celeiro agrícola” do País, esse projeto também se apoiou nas políticas de crédito barato para financiar os produtores.

Distribuição dos gastos do PRODEGRAN por sub-programas 1976 e 1979 (%)										
Subprograma	Linhas do Subprograma									
	Estradas Vicinais	Armazenamento	Energia Elétrica	Controle de Erosão	Pesquisa	Assist. Técnica	Promoção	Apoio Logístico	Crédito Rural	Financiamento a Peq. e Méd. Empresa
In fra-estrutura	2,76	25,91	15,83							
Controle de erosão				4,26						
Pesquisa, Assist. Técnica, Promoção e apoio logístico					1,38	0,58	1,78	0,35		
Crédito Apoio financeiro)									32,82	14,37

Fonte: BRASIL, 1975 e FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO / MINTER / SUDECO, 1979a. Org. BUSCIOLI, 2020

O subprograma de Crédito Financeiro concentrou 47,19% dos recursos do PRODEGRAN, sendo, 32,82 % destinados ao crédito rural e 14,37% para financiamento de pequenas e médias empresas (Quadro 2).

Desse modo, 4,26% dos recursos totais do programa foram destinados ao subprograma de controle da erosão, apontado como um dos principais problemas do solo nesse espaço. Aos subprogramas de Pesquisa e Assistência técnica foram destinados respectivamente, 1,78% e 0,58% dos recursos do PRODEGRAN, orientados para implantação da Escola de Agronomia de Dourados, assim como, a implantação da Embrapa. Sendo ainda destinados 1,78% para a promoção e 0,35% para apoio logístico (Quadro 2).

Quadro 03 - Síntese do POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados no espaço sul-mato-grossense -1975/81.

Municípios atingidos no espaço sul-mato-grossense: ⁴					
Campo Grande/Três Lagoas e Bodoquena					
Sub-programas:					
<u>Pesquisa e experimentação agropecuária</u> (através da EMBRAPA e das Universidades);					
<u>Promoção e extensão da agropecuária;</u>					
<u>Estímulo aos projetos de florestamento – reflorestamento;</u>					
<u>Estradas vicinais;</u> Construção, melhorias e conservação de 1,800 km.					
<u>Eletrificação rural;</u> Construção da linha de transmissão Miranda – Bonito, além de implantação de sistemas de eletrificação rural.					
<u>Implantação de sistemas de beneficiamento, armazenagem e transporte de produtos agrícolas;</u> Construção de silos e armazéns com capacidade de 295 mil toneladas.					
<u>Estímulos à produção e comercialização de calcário e outros insumos agrícolas.</u> / Instalação de equipamentos de moagem de calcário para uma produção de 235 mil toneladas/ano.					
Esse programa atingiu as metas de aumentar a área produtiva, com técnicas modernas de correção do solo; amparada na liberação de crédito barato e políticas de subsídios, junto à ampliação da infraestrutura.					
Distribuição dos gastos do POLOCENTRO por Subprogramas no espaço sul-mato-grossense (1975-1981)					
Área dos Subprogramas	Subprogramas				
	Armazenamento	Transportes	Energia	Pesquisa Agropecuária	Assist. Técnica
Polo Campo Grande e Três Lagoas	8,79	19,34	11,40		
Polo Boquena	6,82	16,15	8,80		
Sem Polo definido				7,17	21,54

Fonte: BRASIL, 1975. Org. BUSCIOLI, 2020

Do ponto de vista de seus objetivos, a principal expectativa do POLOCENTRO foi aumentar em um curto período a produção de alimentos, diga-se de passagem, produção de *commodities*. Para tanto, o cerrado entre a Amazônia e o Centro-Sul deveria, no discurso do Governo, abandonar a condição “passiva” de espaço e exercer funções específicas no projeto de desenvolvimento proposto no II PND.

Nesse sentido, a estratégia regional de desenvolvimento agropecuária visou a identificar novas áreas para a sua expansão, como podemos observar:

Os estudos indicam que a Região dos Cerrados [...] oferece grande potencialidade para a expansão agropecuária. [Ela] apresenta características positivas para seu aproveitamento agropecuário (topografia, clima, localização). O principal obstáculo à sua exploração agrícola reside nas condições de solo, inadequado para

⁴ No total, treze foram os polos estabelecidos no POLOCENTRO. Cinco, no antigo Estado de Mato Grosso, depois do desmembramento; dois deles localizaram-se no território de Mato Grosso do Sul, cinco em Goiás, e, por fim, três em Minas Gerais.

o emprego de sistemas de manejo primitivos, o que pode ser superável, para grande variedade de culturas, pela utilização de insumos modernos (calcário, fertilizantes, mecanização, etc.) em sistemas de manejo mais intensivamente capitalizados. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979b)

O POLOCENTRO foi o que melhor se caracterizou como um programa de crédito direcionado. Contudo, a análise dos projetos específicos selecionados e aprovados entre os anos de 1975 e 1981 demandaria um estudo à parte, todavia a importância desse programa de crédito pode ser percebida a seguir. De acordo com o programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste entre os anos de 1975 e 1979, o montante destinado ao programa de pesquisa e experimentação agrícola, ao crédito agropecuário e a incentivos fiscais para florestamento e reflorestamento, foram cinco vezes maiores que o total destinado aos demais programas. Dessa forma, a política de créditos definiu a seguinte ação:

[...] apoio creditício, principalmente a projetos integrados, prevendo-se taxas especiais de juros para o financiamento de desmatamento e conservação do solo, além de amplos recursos para correção de solo e fertilizantes, de acordo com o que vier a ser estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional. Os financiamentos poderão ser concedidos a toda à área de Cerrados, nos Estados considerados no Programa (BRASIL, 1975, p. 98)

A distribuição dos recursos do POLOCENTRO entre os subprogramas dos Polos de Campo Grande/Três Lagoas e Bodoquena, por apresentarem os mesmos objetivos, podem ser analisados conjuntamente. Desse modo, o subprograma de estradas ficou com a maior parcela dos recursos, 35%, seguido pelo subprograma de Assistência Técnica, com 21,5% e do subprograma de energia, que absorveu 20,2% dos recursos. É importante salientar que o aumento da produção de calcário, apontado como necessário para a correção de PH do solo na região, dependeria desse aumento na capacidade energética. O subprograma de armazéns participou com 15,6% dos recursos, e por fim, o subprograma de pesquisa agropecuária que absorveu 7,2% dos recursos.

No contexto do II PND, em que a política de industrialização nacional dependeria do desenvolvimento de novas “vantagens comparativas”, a atuação dos Programas Especiais tiveram esta característica, de (re)produzir espaços com tais “vantagens”. A distribuição dos gastos dos três Programas Especiais evidencia essa característica com a alta concentração dos recursos nas áreas de transporte, pesquisa e crédito direcionado, ou seja, uma concentração na esfera da circulação (energia, transportes, armazenamento) e produção (pesquisa, e crédito direcionado), visando acelerar o ciclo de acumulação do capital.

Desse modo, ao estabelecer a estratégia para a agropecuária no II PND, o espaço sul-mato-grossense absorveu e foi absorvido pelo seguinte discurso:

[...] é necessário que a agricultura e a pecuária passem a desempenhar novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento [são eles]: i) maior contribuição à expansão do PIB; ii) menor preço para o consumidor; iii) maior renda para o produtor; iv) melhor padrão de vida para o trabalhador, e principalmente; v) efetivar a vocação do Brasil como supridor mundial de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados (BRASIL, 1974, p. 35 e 41)

Portanto, as funções que o espaço sul-mato-grossense assumiria no projeto nacional de desenvolvimento foi claramente determinada na programação do II PND (1975-1979), assim como no II PLADESCO (1975-1979), de produtor de *commodity*, em atendimento as necessidades de reduzir o déficit no balanço de pagamento, e constituir-se como mercado consumidor de bens de capital, maquinário pesado e insumos agropecuários.

Todo o processo até então apresentado, de (re)produção do espaço sul-mato-grossense em concordância com os objetivos nacionais sob o discurso nacional-desenvolvimentista, pautado no agir racionalizante do Estado, neste caso, um Estado periférico e que foi desde o início contraditório, por associar-se a parcelas hegemônicas do capital internacional, não poderia fechar a década de 1970, sem apresentar os reflexos das discontinuidades do centro.

Desse modo, o II PND (1975-1979), que foi antes de qualquer coisa uma resposta imediata ao excedente de capital financeiro no centro da economia, acumulado diante da ação em cartel dos países produtores de petróleo. Todavia, os então chamados de petrodólares encontrariam seu limite no fim da década de 1970 com a escassez de financiamento no mercado internacional e conseqüentemente aumento no custo do financiamento por conta da alta na taxa de juros nos Estados Unidos, marcando desse modo, o estrangulamento do modelo de crescimento da economia brasileira, que nos últimos anos que antecederam a década de 1980 esteve pautado na poupança externa.

Nesta perspectiva, o modelo de desenvolvimento passou por um forte processo de incentivo à exportação, destacando-se a retórica, investimentos em tecnologia, crescimento econômico e aumento do emprego e conseqüente distribuição de renda. Dessa forma as discontinuidades da economia mundial refletiram nas possibilidades e modo de intervenção do Estado brasileiro na (re)produção ampliada do capital. A perspectiva do planejamento no III PND (1980/1985) reflete essa questão, um planejamento que por sua vez é mais indicativo, contudo, não menos atuante, e é neste contexto que se configura a constituição da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme veremos no próximo tópico.

3 O processo de criação e implantação de Mato Grosso do Sul no contexto da crise do Estado: as funções desse espaço no III PLADESCO

A crise do modelo de financiamento da economia brasileira no período pós “Segundo Choque do Petróleo-1979” acompanhado da opção estadunidense de alta nas taxas de juros, diferente do “Primeiro Choque do Petróleo-1973”, apresentou o caráter mais eminente da crise, que cessaria cá na periferia o ciclo de crescimento do “ Nacional Desenvolvimentismo”.

Nesse contexto, e em concordância com o debate político do momento, criou-se o Ministério Extraordinário de Desburocratização, esse Ministério representou na estrutura do Estado o debate colocado diante da crise do desenvolvimentismo, tamanho, funções e modo de organização do Estado.

Com tais pressupostos, as propostas de ação do Governo no III PND (1980 – 1985) tiveram como característica a ideia de flexibilidade justificada da seguinte forma pela SEPLAN-PR em BRASIL (1981):

[...] as incertezas dos tempos atuais obrigam a não fazer do uso das técnicas de planejamento fonte de compromissos ou de fixação de metas rígidas a alcançar, cabendo apenas vê-las como recursos técnicos para facilitar a formulação de estratégias (p.7).

Assim, os objetivos contidos no III PND contemplavam: I) acelerar o crescimento da renda e do emprego, dentro dos limites fixados pela política de combate à inflação e de equilíbrio do balanço de pagamento; II) Melhoria da distribuição da renda, com redução dos níveis de pobreza absoluta e elevação dos padrões de bem-estar das classes de menor poder aquisitivo,; III) Redução das disparidades regionais; IV) Contenção da inflação; V) Equilíbrio do balanço de pagamentos e controle do endividamento externo; VI) Desenvolvimento energético; VII) Aperfeiçoamento das instituições políticas. Em Tal documento reconhecia-se que a expansão econômica da última década (1970-1980) havia beneficiado a concentração da renda, e a democratização assistida (BRASIL, 1981, p. 08/11).

Deste conjunto de objetivos parece-nos importante destacar o papel da questão regional, uma vez que a redução das desigualdades regionais seria parte importante para se alcançar o equilíbrio do balanço de pagamentos, seja pelo aumento da produção de alimentos, para consumo interno impactando numa redução do custo da mão-de-obra, seja, pelo aumento das exportações de alimentos e redução de importações de alguns itens responsáveis por déficit no balanço comercial.

Neste sentido, no III PND observa-se o discurso de uma “inequívoca vantagem comparativa do País na produção agrícola face à abundância relativa do solo”, a agropecuária foi apontada como setor com alto potencial, capaz de: “[...] conciliar abundante abastecimento interno, contribuição ao programa energético (fontes renováveis), substancial elevação das exportações, substituição de importações e ampla geração de empregos” (BRASIL, 1981, p.36/42). Essas questões evidenciaram o papel do Centro-Oeste, que por conta de suas especificidades deveria, sob a ótica do Governo, passar por uma nova regionalização para melhor desempenhar as funções que lhe caberia.

Os reflexos dessa condição são visíveis no III PLADESCO (1980-1990), e podem ser confirmados na proposta de ação apresentado pela SUDECO no plano de desenvolvimento:

O Plano de Desenvolvimento Econômico-Social da Região Centro-Oeste 1980-90 materializa-se, numa opção política, em termos de produzir alimentos para os mercados interno e externo, absorver e fixar recursos humanos, promover a organização institucional dos espaços político-administrativos⁵ e fortalecer a administração, a distribuição espacial dos sistemas de infra-estrutura econômica [...] com perspectiva de regionalização dos instrumentos de intervenção nas regiões potencialmente econômicas, deprimidas e naquelas em fase de organização econômica (MINTER/SUDECO, 1979, p. 43 - Grifos nosso).

De modo que, a constituição do Estado de Mato Grosso do Sul em 1977 aparece num contexto de especialização das regiões, por ora parcialmente definida pela infra-estrutura específica de cada espaço, conjugado a sua localização e disponibilidade de bens de produção, inclusive, disponibilidade de mão-de-obra.

Neste caso, sem nos aprofundarmos na questão do divisionismo, concordamos com Queiroz (2007), quando aponta não ser possível: “[...] traçar uma história do divisionismo como uma linha praticamente contínua, partindo dos fins do século XIX, passando pelos “gloriosos” episódios da década de 1930 e culminando na divisão efetiva em 1977” (p.154-158 - Grifo do autor). Nesse caso, segundo o referido autor, o movimento tratava-se de uma luta por poder, de modo que o alcance desse poder seria relativo e a luta partiu para outros níveis, como mudança da capital de Cuiabá para Campo Grande e, por fim, numa disputa partidária, sem proposição de mudanças drásticas. Enfim, o autor confirma que: [...] “embora não se possa descartar de antemão a ação de líderes sulistas na efetivação da divisão, parecem convincentes os argumentos de que a decisão a esse respeito partiu efetivamente do governo central”.

Desse modo, se não podemos confirmar que a divisão foi um processo construído de forma linear, muito menos podemos afirmar constituir-se de um movimento que emergiu no

⁵ Tratava-se além da divisão do espaço mato-grossense, também da elevação do Território Federal de Rondônia a condição de Estado da Federação.

liminar da década de 1970 como simples resposta às políticas de planejamento. Entretanto, quanto ao planejamento, podemos apontar que uma vez que a manutenção do planejamento nos termos apresentados até então era um dúvida, dado a crise que passava o Estado, coordenar um processo de divisão e nova regionalização do Centro-Oeste justificaria naquele momento a continuidade de alguma estrutura de planejamento, e de fato justificou.

Em concordância com um dos principais discursos do planejamento estatal brasileiro, o combate às desigualdades, a continuidade do planejamento dependeria da apresentação de um discurso com novas desigualdades, que seriam apresentadas a partir de um diagnóstico das políticas implementadas pela SUDECO no período, que ao apresentar seus resultados, e em concordância com a própria metodologia da polarização, apresentariam uma necessária “nova regionalização” e polarização de recursos.

Dessa forma, o espaço brasileiro foi subdividido em três tipos de regiões: as “potencialmente econômicas; as deprimidas; e por fim, aquelas em fase de organização econômica”. As quais, segundo o discurso governamental dependeriam de instrumentos de políticas regionais específicos para que os objetivos regionais pudessem confluir com os objetivos nacionais. O que nesse momento, representaria possibilitar a produção de commodities, afim de gerar divisas para resolver a questão dos déficits da balança de pagamento.

Na visão da SUDECO, o Centro-Oeste configurava-se como uma região em fase de organização econômica, que ao atender objetivos regionais atenderia também aos objetivos nacionais. Para tanto, dependeria, segundo os técnicos do Governo, de: “uma intervenção mais decidida do setor público no processo organizatório das atividades econômicas, na sistemática da ocupação e uso do espaço agrário e urbano e na adoção de políticas de apoio” (MINTER/SUDECO, 1979, p. 45-46).

Diante disso, Minter/Sudeco, (1979) aponta as seguintes diretrizes:

[...] definir e organizar a especialização regional; distribuir as atividades agrícolas, segundo a sua estrutura ecológica; fortalecer a integração do campo-cidade, através da produção e comercialização; definir o uso e a posse da terra, para reduzir ou eliminar os conflitos; promover a integração das atividades extrativas vegetais e minerais e agropecuária com a industrialização regional (p.47).

Essa especialização seria mais facilmente alcançada segundo a SUDECO, a partir de uma melhor organização político-administrativa do Centro-Oeste. No III PLADESCO, implantar o Estado de Mato Grosso do Sul, assim como elevar o Território de Rondônia à categoria de Estado aparecem como diretrizes básicas para alcançar a especialização pretendida.

Do ponto de vista ideológico, essa questão sustentou o discurso de uma racionalização do uso do espaço, concebendo ao processo divisório o *status* de “*instrumento de desenvolvimentos regional*”, como pode ser observado no documento preparado como subsídio para a palestra do superintendente da SUDECO, René Pompêo de Pina, realizada em Corumbá em 1984, no Encontro de Vereadores, disponível em MINTER/SUDECO (1979):

Pode se afirmar que a grande ação-síntese do Governo Federal no Centro-Oeste, constituiu na criação do Estado de Mato Grosso do Sul [...]. O sentido dessa decisão política foi o de racionalizar a administração do espaço regional do Centro-Oeste, tendo como fator determinante o próprio processo de interiorização do desenvolvimento brasileiro (p.12).

Essa nova organização político-administrativa do Centro-Oeste configurou-se como a base das propostas de planejamento. Dessa forma, cada Unidade Federativa do Centro-Oeste, representaria um subprograma, confirmando a ideia de que estas Unidades possuiriam características e necessidades não homogêneas.

À SUDECO, conforme Minter/Sudeco (1979) caberia o papel de:

Consolidar a estrutura administrativa do novo Estado de Mato Grosso do Sul; Apoio a reestruturação administrativa e apoio a organização econômica do Estado remanescente, Mato Grosso; Apoio ao atual Território Federal de Rondônia no sentido manter o seu ritmo de crescimento econômico e garantir uma estabilidade econômica e social na perspectiva de sua transformação e consolidação como Estado (p.62).

No que tange à organização administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul, não poderia estar dissociada do discurso pautado no âmbito nacional, seja ele, desburocratização da máquina governamental, de modo que a estrutura de gestão do território deveria impor a dinâmica necessária para absorver a expansão da produção capitalista. Tal discurso esteve presente em documentos oficiais que trataram da organização administrativa do então novo Mato Grosso do Sul, o qual apontava que a mesma deveria:

Em termos políticos: contemplar a filosofia de ação planejada; segundo esquema decisório aberto; cuja execução dever-se-ia verificar sempre que possível, de forma descentralizada em relação aos Governos municipais. Em termos econômicos: ser de estrutura administrativa e operacional leve o menos departamentalizada possível [...] ágil e flexível [...] com atuação por meio de entidades de Administração Indireta e Fundações instituídas pelo Poder Público para atuação prioritária nos setores voltados para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, de mineração e agroindustriais; ênfase em projetos de infra-estrutura rodoviária, energética e de armazenagem, pesquisa técnica, assistência agropecuária, promoção industrial, particularizando agroindústria, e crédito de fomento [...] em termos sociais [...] favorecer, juntamente com as novas oportunidades de emprego esperadas pelo desenvolvimento agroindustrial, a fixação dos habitantes em seu meio; evitando o crescimento desmesurado das cidades de maior porte, em particular a Capital do Estado, e os problemas urbanos

daí correntes (MATO GROSSO DO SUL, ESTADO DE, [entre 1977 e 1979] n.p grifo nosso)

É importante ressaltar a peculiaridade dessa questão. Uma vez que se tratava de uma nova Unidade da Federação sua organização administrativa comportaria as novas questões colocadas para o papel do Estado, ou seja, abandonar os pragmáticos vícios burocráticos impregnados nas antigas instituições, para as quais um Ministério Extraordinário havia sido criado para resolver. Neste sentido, a “racionalidade” do Estado foi estabelecida não apenas em termos filosóficos/ideológicos, mas instituída em parâmetros legais, no caso do espaço sul-mato-grossense, essa questão pode ser observada no Quadro 04.

Quadro 04 – Principais Instrumentos Legais estabelecidos para orgaização da estrutura administrativa do Estado de Mato Grosso do Sul no momento de sua constituição.

INSTRUMENTO
Decreto-Lei nº 2 de 1º de janeiro de 1979
CONTEÚDO
Dispõe sobre a organização da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.
ARTIGOS DESTACADOS
<p>Art. 3º – A atuação dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública do Poder Executivo obedecerá às diretrizes: I – <u>adoção de planejamento participativo e sistêmico, como método e instrumento de integração, celeridade e racionalização das ações do Governo</u>; [...] III - fortalecimento do setor privado, limitado ao mínimo a interferência supletiva ou direta do Estado na atividade econômica e social; [...] VI – realização de investimentos públicos indispensáveis à criação das condições infra-estruturais indutoras do maior aproveitamento das potencialidades econômicas do Estado e necessárias à melhoria da qualidade de vida da população; VII - redução dos desequilíbrios econômico-sociais entre as regiões do Estado pela via da harmonização e integração de iniciativas de desenvolvimento entre os diferentes níveis de Governo e os setores públicos e privado</p> <p>Art. 17 – § 2 – <u>A iniciativa das regulamentações gerais de cada Sistema competirá aos titulares dos respectivos órgãos centrais, as Secretarias ou órgão equivalentes, e serão expedidas por decreto do Governador do Estado, ouvido o órgão central do Sistema Estadual de Planejamento.</u></p> <p>Art. 18 – Organizar-se-ão em Sistemas, além de outras que vierem a se constituir como subdivisões de uma atividade principal ou global as seguintes atividades ou funções: I – planejamento e seu desdobramento processual, envolvendo as funções integrantes principais de programação, orçamentária e modernização institucional; IV – desenvolvimento dos recursos humanos, entendidos como a população do Estado; V – desenvolvimento econômico;</p>
INSTRUMENTO
Decreto-Lei nº 5 – de 1º de janeiro de 1979
CONTEÚDO
Dispõe sobre o Sistema Estadual de Planejamento (SEP), autoriza a criação das entidades que menciona e dá outras providencias
ARTIGOS DESTACADOS
<p>Art. 1º – <u>Como elemento de participação dos esforços dos Poderes Públicos e da iniciativa privada para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, o Poder Executivo racionalizará suas ações adotando o planejamento como método de Governo [...].</u></p> <p>Art. 3º – O processo de planejamento das ações do Governo se verificará através do Sistema Estadual de Planejamento (SEP), integrando todos os órgãos e entidades do Poder Executivo.</p> <p>Art. 13 – Fica o Poder Público autorizado a criar a empresa pública Banco de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (BD-SUL), [...] tendo por objeto promover, orientar e financiar programas e projetos dos setores rural, industrial, de infra-estrutura e serviços, derivados de planos de fomento regional, nacionais e internacionais.</p> <p>Art. 15 - Fica autorizado a criação da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul (IDESSUL) [...] como entidade de apoio técnico do SEP nos campos de pesquisa e análise econômico-social, estatística, geografia e cartografia, bem como atividades relacionadas à política de desenvolvimento científico e tecnológico.[Grifos nossos]</p>

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, ESTADO DE. 1979a e 1979b. Org. BUSCIOLI, 2020

É importante destacar o apresentado no Art. 17 – § 2 do Decreto-Lei nº 2, apresentado no Quadro 04, em que se estabelece a ordem hierárquica do sistema administrativo, no caso estabelecendo que cada regulamentação das demais Secretarias seria expedida pelo Governador após ouvir a órgão Central do Sistema de Planejamento.

Todo este aparato legal de composição da materialidade do Estado, considerando a necessidade de um sistema de planejamento, deve ser compreendido num contexto em que o Poder Público foi considerado o próprio instrumento de desenvolvimento como aponta a assertiva a seguir:

A linha da política de desenvolvimento social do Governo deve ser levada a cabo por sua estrutura administrativa e, portanto, a da intervenção para prevenir. Prevenir os problemas da escassez de mão-de-obra qualificada e prevenir os problemas sociais da desorganização urbana, o que se procurará obter através da ação integrada dos vários órgãos e entidades da Administração do Poder Executivo, articuladamente com a iniciativa privada, seja da área específica do desenvolvimento social, do desenvolvimento econômico ou de implantação de infra-estrutura regional e urbana. Assim, considerados os aspectos políticos, econômicos e sociais e o que se pretende em termos de desenvolvimento do Estado e a trajetória e estratégia geral para alcançá-lo, organizou-se a estrutura administrativa do Poder Executivo, entendida ela como instrumento para se atingir seus objetivos [...]. (MATO GROSSO DO SUL, ESTADO DE, [entre 1977 e 1979] n.p.

Enfim, não se tratou apenas da composição da estrutura administrativa de uma nova Unidade da Federação, mas de um modelo de organização respaldado nas questões colocadas no liminar da década de 1970, ou seja, as funções do Estado. É neste sentido que concordamos com Souza (2003, p.101), e apontamos que Mato Grosso do Sul foi criado para ser um “Estado Modelo”. Dessa forma, como é de se esperar da base técnico/burocrático do Estado, sempre respaldada em um discurso racionalizado, a nova regionalização do Centro-Oeste proposta não poderia pautar-se em outras questões, senão naquelas do discurso racionalizante, pois obviamente não poderia ser proposta naqueles termos dos movimentos constitucionalista de 1932 tais como disserta Queiroz (2005).

Desse modo, a divisão político-administrativa do espaço mato-grossense justificou-se da seguinte maneira: o espaço sul-mato-grossense apresentava características específicas, oriundas de sua localização, em relação ao Sudeste/Sul, que o integrava ao corredor de exportação da área Paraná/São Paulo, além de um setor agropecuário dinâmico, que possibilitava um “excepcional desenvolvimento de curto prazo”. Enquanto a porção Norte, que viria a constituir o Estado de Mato Grosso após a divisão, apresentava características pré-

amazônicas, com possibilidades de exploração agropecuária, florestais e minerais, mas em grande parte ainda em fase de organização.

Colocadas essas questões, o art. 38 da Lei Complementar de criação do Estado de Mato Grosso do Sul, autorizava a serem também criados, a partir de 1979, os Programas Especiais de Desenvolvimento para o Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente, PROMAT e PROSSUL, ambos com duração prevista em lei para 10 anos (1979–1988). De modo geral, os programas contemplariam as particularidades de cada uma das duas Unidades da Federação, e sua execução estaria a cargo da SUDECO (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1979, p.03-04). No próximo tópico analisaremos o PROSUL e seus desdobramento no espaço sul-mato-grossense.

3.1 O PROSUL: diretrizes e desdobramentos. Polarização, a solução para a “Região Solução”

O PROSUL representou a versão regional do planejamento central para o espaço sul-mato-grossense, interiorizando o ideário do projeto “Brasil Potência”, supridor mundial de alimentos e colocado pelo discurso estatal como o “Celeiro do Mundo”. Todavia, neste cenário o Brasil adentraria o século XX com déficit na balança de pagamentos e conseqüentemente crescimento da dívida externa.

Neste sentido, as diretrizes do PROSUL foram estruturadas levando em consideração essas questões, conjugadas com aquelas apresentadas nos pretextos da divisão, tais como a questão de sua localização no território nacional e sua dotação de fatores.

Seu objetivo programático geral foi a promoção do desenvolvimento econômico-social de Mato Grosso do Sul, prioritariamente pela promoção da agropecuária, assim como do setor agroindustrial. Ademais, os objetivos específicos do PROSUL foram:

[...] a) promoção do desenvolvimento do setor agropecuário, como principal variável dinâmica do crescimento regional; b) promoção das atividades de beneficiamento e processamento das matérias-primas regionais, especialmente agroindustriais orientadas a produção agropecuária e florestal, para aumentar os benefícios derivados da produção local; c) consolidação e expansão da infraestrutura econômica [...], para promover o setor agropecuário e as agroindustriais; d) aprofundamento do conhecimento dos recursos naturais do Estado, tendendo tanto à maior utilização econômica destes recursos como a definição de uma política de conservação; e) consolidação dos núcleos urbanos localizados em lugares centrais das áreas agropecuárias promocionadas, incentivando a hierarquia urbana existente; f) definição e implantação de política de desenvolvimento social, favorecendo investimentos dispersos espacialmente, visando ao maior atendimento da população. Estes objetivos devem ser definidos no contexto dos graus de liberdade e restrições operantes no planejamento regional. Nesse contexto, a viabilidade de uma política de expansão agropecuário

e agroindustrial é grande, considerando-se as presentes definições políticas federais (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO / MINTER / SUDECO, 1979b, p.171-173, grifo nosso)

Metodologicamente, o programa estabeleceu quatro aspectos a serem considerados para determinar a prioridades dos projetos, são eles: Equidade e Eficiência Econômica, Concentração e Dispersão. Porém, por conta de questões como limitação de recursos, se recomendou a necessidade de concentrá-los nas áreas e setores de maior resposta em relação ao desenvolvimento regional. Enquanto equidade enquadram-se programas que atendam ao maior número de pessoas, o que muitas vezes pode não apresentar a melhor eficiência econômica, por outro lado, a concentração poderia, em alguns casos coincidir com a eficiência econômica, no caso de projetos geradores de economias de escalas, enquanto a dispersão com a equidade. Estas questões podem se alterar para diferentes projetos. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO/ MINTER/SUDECO, 1979b, p.171)

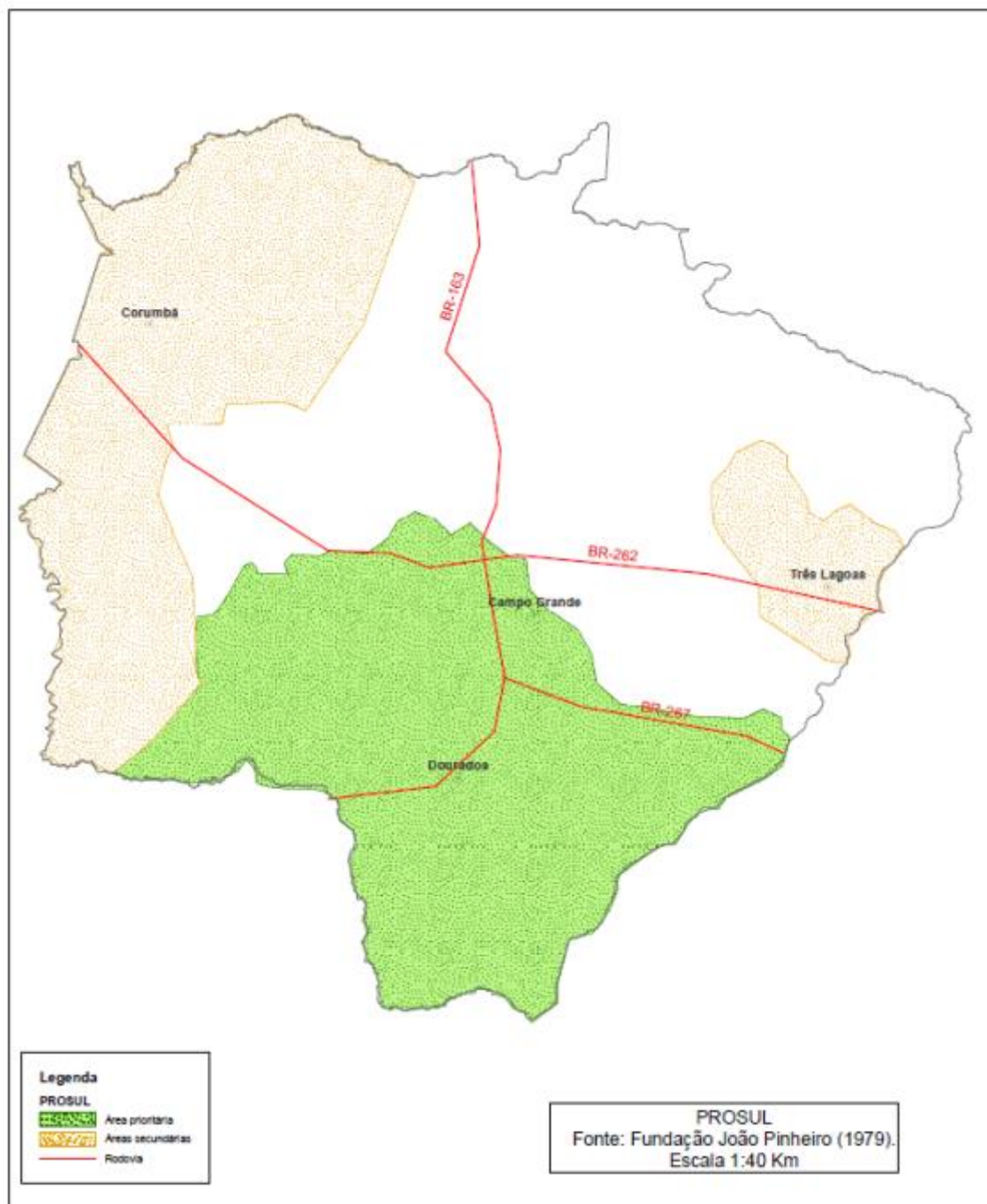
Desse modo, a opção em adotar projetos que visassem a eficiência econômica assim como a concentração, aponta que o espaço sul-mato-grossense enquanto “Região Solução” - leia-se solução para os déficits na balança comercial – só se efetivaria com uma polarização dos investimentos. A “Região Solução”, neste caso dependeria de uma “Polarização”, resultando na indicação das “regiões” de Campo Grande, da Grande Dourados e Bodoquena como áreas prioritárias, para atuação no curto prazo (1980-1982) (Figura 02).

Conforme apontado em Fundação João Pinheiro/Minter/Sudeco (1979b p. 127 – 128), no médio prazo, 1983-1985, seria a uma estratégia de expansão da área ocupada ainda no sul do estado. No longo prazo, 1985-1988, áreas de menor prioridade seriam simultaneamente enquadradas na política de intervenção do Estado. No médio e no longo prazo, considera-se a necessidade de expansão do setor industrial.

Neste caso, apresenta-se a seguinte situação:

A política de implantação de distritos industriais é também de grande importância ao processo de industrialização. A implantação de distritos tem o mérito de, além de constituir-se num forte estímulo à localização industrial pelas economias externas oferecidas às empresas que nele se instalarem, contribuir para um crescimento equilibrado do município evitando graves problemas urbanos que um processo de industrialização poderia acarretar. É claro que, dada a escassez de recursos, deve-se considerar a inviabilidade de se realizar investimentos simultaneamente em vários distritos. Assim, aparece como melhor opção a implantação, em primeiro lugar, do Distrito Industrial de Dourados, região de expansão agrícola e uma localização industrial privilegiada. E, também dentro do período de vigência deste programa, a complementação e expansão do Distrito da capital, já implantado. A aquisição e preparação de áreas industriais em outros centros poderá ser o primeiro passo para a implantação de futuros distritos FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO / MINTER / SUDECO, 1979b, p.167, grifo nosso).

Figura 02 - Área de atuação do Prossul.



Fonte: Fundação João Pinheiro, 1979. Org BUSCIOLI, 2010

Neste sentido, seguiram-se os objetivos do III PND, uma vez que tais investimentos nas áreas e setores prioritários visavam um aumento da produção e produtividade na agropecuária.

Primeiramente pela expansão da “fronteira interna”⁶, seguido de melhoria das técnicas de produção, particularmente a intensificação do uso de insumos agrícola e correção dos solos.

A estratégia de desenvolvimento industrial considerava que o Distrito Industrial de Campo Grande ainda configurar-se como um potencial, mas carecendo de “complementação e expansão”, enquanto se instalaria o Distrito Industrial de Dourados. De modo que, se tomada a opção de se pulverizar os recursos por um maior número de regiões corria-se o risco, previsível do ponto de vista do capital, de uma ineficiência econômica. Uma vez que o próprio sentido e objetivo do planejamento é o desenvolvimento do modo capitalista de produção, a opção por manter a estratégia de desenvolvimento polarizado – com o planejamento territorial da indústria, via distritos industriais - no PROSUL foi um fato.

4 Conclusão

As características apresentadas nos projetos e programas consolidados no espaço sul-mato-grossense foi a adoção de uma estratégia polarizadora configurando-se na elevação de algumas cidades ao *status* de polo de desenvolvimento, onde foram implantados os distritos industriais com alta concentração dos recursos na implantação de infraestrutura de logística, armazenamento e pesquisa agropecuária, além de ampliação de linhas de financiamento para o agronegócio.

Desse modo, por conta das características da intervenção governamental nesse espaço, sua ocupação econômica bem como suas “vantagens Comparativas” estão longe de ser um processo espontâneo, mas sim, fazem parte da política da integração das regiões periféricas. Completamos apontando que, de modo geral, a ação do Estado em Mato Grosso do Sul, nesse processo de integração regional, objetivou um ajuste do espaço em conjunção dos objetivos de ampliação do sistema do capital corporificando a relação do Estado com as classes e parcelas de classes representantes do capital.

Esse movimento acabou por consolidar essa Unidade da Federação, coroado na técnica do planejamento como mecanismo fundamental do processo de racionalização, uma racionalidade que se orienta pela lógica do capital e aciona o padrão de financiamento público como *modus operandi* para a acumulação e excluindo os trabalhadores e comunidades

⁶ Entende-se como “Fronteira interna” no PROSUL, a utilização de “terras ociosas” já ocupadas.

tradicionais, sempre observadas como algo a ser superado pelo desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

Em termos de investimentos públicos identificamos a partir dos documentos analisados a ocorrência de uma intensa concentração dos recursos nas áreas de circulação, visando acelerar o ciclo de acumulação do capital, ou seja, um ajuste espaço-temporal para a realização do capital. Dessa forma, percebe-se a conformação de uma divisão interregional do trabalho, na qual caberia ao Mato Grosso do Sul a produção de bens exportáveis, a absorção de bens de capital da região mais industrializada do país, assim como, constituir-se como espaço para atração de bens de capital das regiões mais dinâmicas do país e do mundo.

Entendemos também que a implantação do Estado de Mato Grosso do Sul, acabou por estabelecer o referencial para a federalização que viria no bojo das políticas liberalizantes, que já se faziam presentes no transcorrer da década de 1980, entretanto, marcariam o processo de “esvaziamento” do Estado na década de 1990.

Referências

ABREU, S. **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense: contexto, propósitos e contradições**. São Paulo: USP/FFLCH, Tese (Doutorado), Geografia 2001.

BECKER, B. K. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. **Espaço e Debates revista de estudos regionais e urbanos**, São Paulo, n. 31, p. 47-56, 1991

BRASIL. Governo do. **I Plano Nacional de desenvolvimento (I PND-1972/1974)**, Brasília: 1971.

_____. Governo do. **II Plano Nacional de desenvolvimento (II PND-1975/1979)**, Brasília: 1974.

_____. Ministério do Interior / SUDECO. **II - PND – Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste 1975-1979**. Brasília: junho de 1975.

_____. Governo do. **III Plano Nacional de desenvolvimento (II PND-1980/1985)**, Brasília: março de 1981.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F... [et al] **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

COVRE, M. L. M. **A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO / MINTER / SUDECO. **Programas especiais de desenvolvimento dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Análise dos Programas Especiais.** V. 8. Belo Horizonte, 1979a.

_____. **Programas especiais de desenvolvimento dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Programa Especial de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul.** V. 11. Belo Horizonte, 1979b.

HARVEY, D. “A geografia do poder de classes” In: **A produção capitalista do espaço.** p. 193-218 São Paulo: Anablume, 2005.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

KURZ, R. **Os últimos combates.** 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LAGO, L. A. C: A retomada do crescimento e as distorções do “Milagre”. In: ABREU, M de P, (Org.). **A ordem do Progresso: Cem de política econômica republicana, 1889 – 1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 233 – 294

MATO GROSSO DO SUL. ESTADO DE. **Decreto-Lei nº 2 de 1º de janeiro de 1979.** Dispõe sobre a organização da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Mato Grosso do Sul: 1979a.

_____. ESTADO DE. Decreto-Lei nº 5 de 1º de janeiro de 1979. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Planejamento (SEP), autoriza a criação das entidades que menciona e dá outras providências. Mato Grosso do Sul: 1979b.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital** Trad. Paulo César Castanheira. 1º ed. São Paulo: Boitempo/Editora da Unicamp, 2002.

MINTER/SUDECO. **Plano de desenvolvimento Econômico - Social do Centro-Oeste.** Brasília: 1978.

_____. **Plano de desenvolvimento econômico–social da região Centro-Oeste 1980/1990.** Brasília: 1979, p. 05 (versão preliminar)

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

POULANTZAS N. **Estado poder e socialismo:** São Paulo: Graal, 1990.

QUEIROZ, P. R. C. **Notas sobre o divisionismo e identidades em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.** In: **Raído**, Dourados, MS, v. 1, n. 1, jan./jul. 2005. Disponível em, < <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/60/70>>. Acesso em ago. 2009.

RESENDE. A. L. Estabilização e Reforma: 1964 – 1967. In: ABREU, M. de P. (Org.) **A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.** Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SOUZA, A. O. A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul. São Paulo: USP, 2003.